



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

MINUTA DA ACTA N.º 14/X-2º/2010-11

1 - Aos dezassete dias do mês de Junho de dois mil e onze, pelas 21H15, no Salão da Cooperativa IRMANADORA, sitas na Rua Jerónimo Dias, nº 1-A, na Costa da Caparica, realizou-se a Segunda Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada referente ao mês de Junho, com a seguinte agenda:

- 1 - Período de Intervenção dos Cidadãos
- 2 - Período de Antes da Ordem do Dia
- 3 - Período da Ordem do Dia

.....

3.2 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Actividade Municipal (continuação).

3.3 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre a "Alienação da Parcela de Terreno, com área de 7.055,00 m² na Av.ª 25 de Abril, em Cacilhas" destinada a estacionamento de uso público/comércio/serviços/habitação.

3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre a "Alienação da Parcela de Terreno, com área de 3.898,00 m² na Rua Borges do Rego, no Laranjeiro" destinada a estacionamento de uso público, comércio, serviços, habitação.

3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre a "Alienação do Prédio Urbano, com área de 7.750,00 m², na Av.ª 23 de Julho, no Laranjeiro" destinada a estacionamento de uso público/comércio/serviços/habitação.

3.6 - Apreciação dos Pareceres do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada.

2 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta do Sr. Deputado Municipal Fernando Jorge Amoreira Fernandes - Presidente da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registou-se os seguintes procedimentos:

4.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

- O Senhor Deputado Municipal Vitor Manuel Domingues Barata, com Ausência no dia 17 de Junho de 2011 (Ent. 1462/X-2º), (**Conforme Anexo I**).
- O Senhor Deputado Municipal António Frederico de Meneses Ferrinho, com Ausência no dia 17 de Junho de 2011 (Ent. 1519/X-2º), (**Conforme Anexo II**).
- A Senhora Deputada Municipal Margarida Maria de Ceia Hasse Ferreira, com Ausência no dia 17 de Junho de 2011 (Ent. 1473/X-2º), (**Conforme Anexo III**).



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- O Senhor Deputado Municipal Carlos Manuel Dantas dos Santos, com Ausência no dia 17 de Junho de 2011 (Ent. 1520/X-2º), (**Conforme Anexo IV**).
- O Senhor Deputado Municipal Vitor Manuel dos Santos Castanheira, com Ausência no dia 17 de Junho de 2011 (Ent. 1521/X-2º), (**Conforme Anexo V**).
- O Senhor Deputado Municipal Luís Miguel Ferreira Varela Pais, com Ausência no dia 17 de Junho de 2011 (Ent. 1450/X-2º), (**Conforme Anexo VI**).
- O Senhor Deputado Municipal Manuel Maria Braga de Marques Gomes, com Ausência no dia 17 de Junho de 2011 (Ent. 1437/X-2º), (**Conforme Anexo VII**).

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Senhor José Gabriel Guiomar Joaquim, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 17 de Junho, do eleito Sr. Vitor Manuel Domingues Barata, (**Conforme Anexo VIII**).
- O Candidato Senhor Carlos Alberto Marques Machado dos Santos, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 17 de Junho, do eleito Sr. António Frederico de Meneses Ferrinho e por impedimento do cidadão Sr. José João Santos da Mata, da cidadã Sr.ª Cátia Sofia Canelas Gaudêncio, do cidadão Sr. Hernâni José Pereira Peixoto de Magalhães, do cidadão Sr. Henrique Rosa Carreiras, da cidadã Sr.ª Maria Amélia Nascimento Quaresma, do cidadão Sr. Luís António de Matos Vicente, da cidadã Sr.ª Margarida Santos Serafim e do cidadão Sr. Alain Magalhães Pereira (PEV), (**Conforme Anexos IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV e XVI**).
- A Candidata Senhora Fernanda Maria Amaro Tavares, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 17 de Junho, da eleita Sr.ª Margarida Maria de Ceia Hasse Ferreira e por impedimento do cidadão Sr. José Mário Castelhana Ferreira, (**Conforme Anexos XVII e XVIII**).
- O Candidato Senhor Sérgio Cantante Faria de Bastos, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 17 de Junho, do eleito Sr. Carlos Manuel Dantas dos Santos, (**Conforme Anexo XIX**).
- O Candidato Senhor Vitor Manuel Monteiro Rolo, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 17 de Junho, do eleito Sr. Vitor Manuel dos Santos Castanheira, (**Conforme Anexo XX**).
- O Candidato Senhor Miguel Ângelo Moura Salvado, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 17 de Junho, do eleito Sr. Luís Miguel Ferreira Varela Pais e por impedimento da cidadã Sr.ª Teresa Isabel Ralha da Costa Santos, (**Conforme Anexos XXI e XXII**).
- A Candidata Senhora Filomena Maria da Silva, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 17 de Junho, do eleito Sr. Manuel Maria Braga de Marques Gomes, (**Conforme Anexo XXIII**).

4.2 - O Presidente da Assembleia Municipal informou da comunicação das Juntas de Freguesia de Almada, Cacilhas, Costa da Caparica, Feijó, Laranjeiro e Pragal, em que para os efeitos da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e devido a justos impedimentos dos Presidentes dos respectivos Órgãos Autárquicos, são substituídos na presente Reunião da Assembleia Municipal pelos eleitos nas Juntas de Freguesia, Senhor João Renato Caetano Montalvo, Senhora Rui Ribeiro Perdigão, Senhora Patricia Rocha Brighenti, Senhora Anabela de Matos Tavares, Senhor António Júlio Mendes Pereira e a Sr.ª Ilda de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Lourdes Oliveira Dâmaso Garrett, respectivamente, (**Conforme Anexos XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXVIII e XXIX**).

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 - Usou da palavra a Múncipe Exm.^a Senhora Fernanda Gonçalves Guterres, residente na Costa da Caparica.

5.1.1 - A Múncipe Exm.^a Senhora Fernanda Gonçalves Guterres:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu resido na Costa da Caparica e é o seguinte, eu vou ser o mais breve possível, em que há uma Senhora que ontem interveio, uma Sr.^a Deputada do Bloco de Esquerda Filomena Silva, em que falou daquelas ervinhas altas, este ano choveu muito, das carraças. Mas isso também é uma falta de civismo, porque eu também já apanhei carraças na relva. Porquê? Porque as Senhoras que têm os cães em casa, os Senhores, e que vão para lá e não apanham os dejectos. Os dejectos dos animais, principalmente dos cães, dá origem a carraças. É uma doença que até mata, eu concordo. Mas isso tudo é uma falta de civismo, as pessoas que partem as vedações para não levar os cãesinhos para a relva, pessoas não ligam nenhuma. Eu depois até posso fazer chegar à Sr.^a Presidente uma fotografia que há em Aqualva que fizeram em ferro, linda e ao menos aquela já não a quebram. Como pessoas essa Senhora chamei a atenção a ela, e mais tarde chamei ao marido que andava noutra zona. Deixou de falar, não faz mal, prateleira. E então porque a relva, qualquer ortopedista, quem tem problemas de artroses e vários problemas assim, a relva é uma massagem que eles mandam. Eu ando na relva apanho carraça, só quando chego a casa vou logo porque já apanhei. E já cai nos detritos de animais. Como pessoas que não têm civismo porque eu avisei, eu tive a coragem, eu vivo sozinha porque sou divorciada, estive casada 41 anos e digo uma coisa eu tive a coragem, avisei uma Senhora que mora por baixo de mim que não é portuguesa, mas ela percebe bem, e então cinco vezes, porque ela deitava o resto da comida italiana para a rua, eu chamei a polícia, aqui no bairro criticaram-me por eu ter denunciado uma vizinha, mas não é agradável eu chegar à janela e deparar com massas e ketchup e aquela porcária toda ali, e que também faz mal aos pombos.

A segunda parte é que eu acho que devia de haver um bocadinho mais de civismo entre todos seja de que partido for, e quando virem uma acção destas denunciarem, chamar atenção. Eu já da minha janela mandei para um Senhor papel e um saco de plástico, eu vi que ele nunca tinha apanhado um dejecto de um animal, ele disse "eu não trouxe saco", eu vou arranjar. A maneira só como ele apanhou é isso, porque não é só nessas ervas altas que se apanham as carraças, é também na relva e tudo isso. A Charneca de Caparica eu conheço, até está muito boa, muito, muito boa. E tem campo de golfe para quem tem muito dinheiro, mas a nossa Costa é conhecida mesmo no estrangeiro, e espanhóis e tudo vêm muito para cá e adoram a nossa praia e nós portugueses, para ter uma água mais quentinha não temos direito a ter aqui uma praia em condições? Temos direito. Eu tive uma filha que na praia de Carcavelos apanhou uma infecção na vista e o médico disse, "foi para uma praia com detritos". Por isso eu acho que nós temos todos, e as pessoas que vejam, não tenham medo em ganhar um inimigo,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

porque se ganham esse inimigo é porque a pessoa não presta, não interessa. É denunciar. Eu denunciei e essa Sr.^a apanhou uma coima. O nosso País até está a precisar de dinheiro, é denunciarem."

5.2 - Usou da palavra o Município Exm.^o Senhor Francisco N. Bernardes Silva, residente na Charneca de Caparica.

5.2.1 - O Município Exm.^o Senhor Francisco N. Bernardes Silva:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Ainda ontem a Sr.^a Presidente da Câmara acusou de se estar a cometer um crime no IC32, se eu bem percebi tratava-se de um crime ambiental que evidentemente tem consequências sobre as pessoas. Mas eu penso que há outro crime, não de natureza ambiental mas de natureza económica que está a ser preparado e que a generalidade das pessoas, não falo dos responsáveis, a generalidade das pessoas está distraída sobre ele. Trata-se de o facto da maioria das pessoas, a esmagadora maioria das pessoas, munícipes não saberem que o IC32 que está a ser construído é uma auto-estrada e como todos nós sabemos as auto-estradas são para ser portajadas. E o que eu venho pedindo desde há largos meses a esta parte, é que as autoridades municipais e no caso também da Freguesia exerçam a sua pressão, porque competência para o facto não têm, eu sei isso perfeitamente. Mas exerçam desde já a pressão que puderem exercer para que o IC32, não seja portajado no mínimo entre a Trafaria e a Rotunda da Quinta da Queimada. E tenho a certeza que há um argumento muito válido para exigir esta ausência de portagens neste troço. É porque para este troço, não há nenhuma estrada alternativa a não ser a ex 377 que hoje é uma via urbana. E como eu sei o tempo que as coisas em Portugal levam a resolver, eu insisto em solicitar neste caso a Presidência da Câmara, que desde já senão ontem comece a exercer a pressão possível sobre quem de direito para que isto não se venha a verificar. Os Charnequenses e o Concelho todos serão gravissimamente desprotegidos se a portagem neste troço não for evitada."

5.3 - Usou da palavra o Município Exm.^o Senhor João Carlos Patrocínio, residente na Costa da Caparica.

5.3.1 - O Município Exm.^o Senhor João Carlos Patrocínio:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sou residente da Costa, tenho aqui alguns assuntos, eu não pude estar presente ontem, mas tenho aqui alguns assuntos que gostava de expor outra vez. Já foi feito uma vez nas Opções Participativas que estivemos presentes, desta vez não é para bater nos mesmos pontos, mas é para perguntar em termos de interesses estratégicos para o Turismo se está prevista alguma situação relacionada com a população local. Ou seja, em vez de ser só os interesses dos comerciantes ou corporativos se pensaram na população local, se há uma mais valia em termos de emprego, em termos de situações em geral. Isto inserido no Plano Polis para falar também de outra questão que tenho, é a questão do Metro de Superfície, para quando mais pressão, já agora que falamos no IC32, para quando mais pressão para o Metro de Superfície chegar à Costa da Caparica, a tal responsabilidade.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Falo na questão da higiene, já falámos da outra vez também e estávamos todos de acordo que em termos de higiene a Costa da Caparica deixou um bocadinho a desejar, por alguma razão em particular, não sei porquê, a Costa da Caparica tem sido um pouco esquecida, tem sido um pouco deixada para trás. A questão aqui também que eu sei que não é da responsabilidade da Câmara particularmente, mas se calhar na limpeza das praias, nas concessões que foram feitas, se calhar fiscalizar e estar mais atento à limpeza das praias, é tudo uma questão de fiscalização e de responsabilidade também da Câmara.

Mais uma questão que estava no Plano Estratégico, é sobre os bairros que estão aqui à volta da Costa da Caparica, que ainda há pouco tivemos uma situação, mais uma, que estava no Plano de Pormenor, quando se fala destas coisas, quando há os problemas é que se fala, dos Planos de Pormenor, o que é que se passa com esta relação se mais uma vez foi só quando aconteceu a situação, estamos a falar do Plano de Pormenor que vai ser feito, ou é mais uma questão que aparece? Houve mais um problema de uma situação num bairro perto da Costa da Caparica junto à Trafaria, todos nós sabemos que é um barril de pólvora, não é só aquele, há mais, era só na questão da segurança e para quando uma solução para estas situações?

Basicamente é isto e volto a dizer a Costa da Caparica tem sido um pouco esquecida, se calhar um pouco mais de atenção é só isto que nós pedimos, nada mais. Nós vamos estar atentos, vamos tentar ajudar no que for possível sem criticar destrutivamente, mas com objectivos de construção mas também de chamar à razão, porque os Srs. têm essa responsabilidade, têm que ser chamados, não é chamar à razão, é dar um toque, não se esqueçam da Costa da Caparica."

5.4 - Em resposta aos Senhores Munícipes, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

5.4.1 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Queria agradecer as intervenções aqui feitas pelos munícipes que entenderam trazer as suas preocupações à Assembleia Municipal. Da parte da Câmara registamos os pontos de vista e os alertas aqui deixados pela Sr.^a Dona Fernanda Guterres, de facto todos não somos demais para contribuirmos no sentido de que o civismo e a intervenção cidadã seja cada vez mais exemplar e daí com certeza que resultarão benefícios para todos seja neste domínio que aqui abordou, seja na vida em geral. É de facto uma realidade aquilo que aqui nos deixa, que de facto o problema dos dejectos dos animais causa depois situações de insalubridade como aqui nos deixou é isso naturalmente que nos leva a apelar para que quem tem animais de estimação, quem entendeu adoptar um animal que tenha cuidados com o animal, que retire os dejectos dos bichinhos para locais adequados e certamente dessa maneira também estará a zelar pela saúde de todos, a sua própria e a de todas as outras pessoas. E deixou aqui também, do meu ponto de vista, um testemunho de alguém que não se conforma com aquilo que é a atitude menos adequada dos outros concidadãos, e portanto, penso que a Cidade é de todos nós e todos nós não nos devemos, cada um de nós, não se deve conformar perante situações desadequadas



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

e que prejudicam outros, enfim numa atitude construtiva de ajudar a perceber as situações, mas quando é preciso naturalmente também recorrendo às autoridades. Não fica mal a ninguém ajudar, é o princípio de tudo, mas naturalmente quando as pessoas não querem ser ajudadas e sistematicamente insistem em prejudicar os outros obviamente que não resta outra solução que não seja chamar quem tem autoridade para intervir e contribuir para que as situações se normalizem.

Queria também deixar nota relativamente ao Sr. Francisco Bernardes sobre o IC32, quer a Câmara, quer a Assembleia Municipal em devido tempo tomaram posição relativamente às portagens. Portanto, a Assembleia e a Câmara Municipal tomaram posição relativamente a esta matéria rejeitando a introdução de portagens no IC32, porque se considera que, aliás há posições, enfim não são unânimes em relação a todas as posições assumidas no nosso Concelho, mas há posições no nosso Concelho que rejeitam em absoluto as portagens, seja na Ponte 25 de Abril, seja na auto-estrada do Sul, com o entendimento de que existem outras formas de resolver esta questão e que, enfim na Área Metropolitana de Lisboa deveríamos ser tratados como os cidadãos por exemplo como na Área Metropolitana do Porto. Porque é que não somos, porque é que para atravessar o Guadiana não se paga portagem e para atravessar o Rio Tejo, já para não falar no Douro que já tinha falado antes, temos que pagar portagem. Portanto, nós do nosso lado nós somos contrários a esta forma de gerir as estradas públicas, as ligações entre margens, etc.. Há com certeza outras soluções e elas existem por esse mundo fora e ao longo do tempo temo-nos manifestado contra esse tipo de solução. Agora em relação ao IC32 em absoluto rejeitamos, assim que soubemos que esta situação se configurava nós tomámos essa posição. Mas não é demais voltar a insistir, não é demais voltar a tomar posições e voltar a chamar a atenção para a injustiça que isto representa para a Margem Sul.

Estamos numa situação de mudança de Governo, de mudança de Parlamento e naturalmente que estes dossiers têm toda a pertinência em voltarem à ordem do dia e voltarem a ser retomados e serem objecto de posições novamente reiteradas da parte dos órgãos locais.

Da nossa parte sobre o IC32 as questões ambientais, mas também de legalidade, porque como disse ontem aqui o IC32, o seu traçado foi aprovado por uma Lei da Assembleia da República e de facto não está a ser respeitado. E nós não vamos desistir de colocar aos novos Deputados da Assembleia da República o problema como não vamos naturalmente desistir de continuar a intervir para que a legalidade quer seja ambiental, quer seja das leis da República, sejam naturalmente cumpridas ou pelo menos penalizados aqueles que não as cumprem. E penso que há muito por apurar ainda como dizia ontem aqui.

Também deixava nota relativamente ao Sr. João Carlos, residente na Costa da Caparica, que nós em relação ao Plano Estratégico de Valorização e Desenvolvimento do Turismo, ele conta naturalmente com todos os Agentes Locais e com a população. A população é também e sobretudo quem justifica o desenvolvimento de um Plano desta natureza. Desde logo porque com a sua própria cultura, com a sua própria maneira de receber, de acolher, com a sua intervenção também neste processo ajudará certamente a que o turismo no nosso Concelho possa ser valorizado, mas também porque vai beneficiar



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

de trabalho, de emprego, é isso que queremos, mais actividades económicas, mais dinamismo do ponto de vista económico e com certeza associado a isso teremos o trabalho, teremos o emprego. Nós temos tido programas de formação que se dirigem não apenas aos activos, não apenas aos empresários e aos profissionais por exemplo da área da restauração e da hotelaria, mas também à população em geral, fizemos nos últimos anos programas de formação no âmbito do PIV Polis que abrangeram mais de seiscentos formandos, e na sua maior parte esses seiscentos formando, pessoas, cidadãos da nossa comunidade, ou à procura do primeiro emprego, ou sem emprego, que frequentaram esses cursos direccionados sobretudo também para uma formação para a área predominantemente do turismo.

Queria deixar nota que em relação ao Metro Sul do Tejo, tem sido uma constante da nossa parte junto de diferentes entidades e obviamente dos Governantes, no sentido de que a extensão do Metro da Universidade à Costa da Caparica seja considerada uma prioridade. Este prolongamento está consignado no Plano de Desenvolvimento Estratégico do Polis da Caparica, está lá escrito, é um dos projectos estruturantes assumidos no contrato feito entre o nosso Município, contrato que foi aprovado pela Assembleia Municipal, mas foi celebrado entre a Câmara Municipal e o Governo. Portanto a extensão à Costa da Caparica faz parte integrante do Plano de Desenvolvimento Estratégico da Costa da Caparica. Nós insistimos neste dossier, sabemos e acompanhamos o desenvolvimento do estudo de extensão à Costa e sabemos que foi posto em cima da mesa do Ministro das Obras Públicas o dossier no sentido de que a primeira fase fosse construída.

Portanto, tomámos nota de todas as preocupações que o nosso munícipe aqui nos deixou e vamos acompanhar com toda a atenção e cuidado."

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.1 - O Sr. Presidente da Assembleia colocou à consideração as actas Nº 8/X-2º/2010-11, 9/X-2º/2010-11, 10/X-2º/2010-11, 11/X-2º/2010-11 e 12/X-2º/2010-11 e das Minutas das Actas Nº8/X-2º/2010-11, 9/X-2º/2010-11, 10/X-2º/2010-11, 11/X-2º/2010-11 e 12/X-2º/2010-11.

6.2 - Usaram da palavra o Sr. Deputado Municipal Fernando Pena e o Sr. Presidente da Assembleia.

6.2.1 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Há só em relação à Acta nº 8 uma transcrição que está confusa, que penso que não corresponderá na integra àquilo que foram as declarações proferidas. Na página 5 da Acta nº 12, no ponto 4.3.1, se me permite que vá junto da Mesa."

6.2.2 - O Presidente da Assembleia Municipal:

"Srs. Deputados Municipais;

O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena relativamente à Acta 8, vai à Assembleia ouvir a gravação que é para ouvir aquilo que disse. Por isso não se vota a Acta 8, vota as 9, 10, 11 e 12."

6.3 - Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação.

6.3.1 - As Actas Nº 9/X-2º/2010-11, 10/X-2º/2010-11, 11/X-2º/2010-11 e 12/X-2º/2010-11 foram aprovadas por unanimidade.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.3.2 - As Minutas das Actas Nº 9/X-2º/2010-11, 10/X-2º/2010-11, 11/X-2º/2010-11 e 12/X-2º/2010-11 foram ratificadas por unanimidade.

7 - Entrou-se no Período da Ordem do Dia.

7.1 - Entrou-se no ponto 3.2 da agenda com a apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Actividade Municipal (continuação) (**Conforme Anexo XXXI da Acta Nº 13/X-2º**).

7.1.1 - No Debate usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais Fernando Pena, Miguel Salvado, Miguel Duarte, Luís Filipe Pereira, Sérgio Taipas e a Sr.ª Presidente da Câmara Municipal.

7.1.1 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Já muitas vezes foi aqui trazida alguma apreciação sobre a forma em que este documento nos é entregue, não vou fazer mais apreciações sobre isso, duvido que alguma vez vá mudar.

Também de forma recorrente nos é lembrado que o Relatório diz respeito a dois meses, de facto a Lei não limita a apreciação da Actividade Municipal a dois meses. Por outro lado, de facto há aqui uma situação que não cumpre os requisitos legais, porque é competência legal da Sr.ª Presidente da Câmara remeter à Assembleia Municipal para os efeitos de apreciação da Actividade Municipal, isto que aqui estamos a fazer, toda a documentação, designadamente os Relatórios, Pareceres, Memos e documentos de igual natureza, indispensável para a compreensão e análise crítica e objectiva da informação aí referida. Portanto o que nós temos é uma listagem exaustiva de algumas coisas que os serviços remetem, uma informação que aparece depois replicada em vários sítios do mesmo documento, portanto dispersa e repetida. Mas de facto esta documentação que a Lei prevê nunca é fornecida aos Deputados Municipais. Também parece que trazer assuntos de interesse para o Município, o Sr. Deputado Miguel Duarte ainda tem esperança de os ver resolvidos, eu não sei se não é já de perder a esperança. E portanto eu decidi hoje fazer aqui o balanço daquilo que também é actividade municipal e que se prende com o respeito que a Câmara Municipal deve ter perante este órgão e perante os seus membros. O CDS ao longo deste Mandato tem feito alguns requerimentos à Câmara Municipal de Almada. E as respostas revelam um enorme desprezo por aquilo que é um direito de informação dos Deputados Municipais e o direito que têm de acompanhar e fiscalizar a Actividade da Câmara, que é um direito fundamental que é a actividade essencial que esta Assembleia deve fazer. E assim temos um primeiro requerimento em que se pedia projectos relativos à reabilitação da Rua Capitão Leitão em Almada e da Rua Cândido dos Reis em Cacilhas. E a Câmara Municipal de Almada resolveu informar o meu colega António Maco que apresentou o Requerimento de que tinham sido feitas duas reuniões públicas e tendo sido apresentado à população em termos gerais layout o que se pretende nas citadas artérias. E foi isto que teve a dizer "houve duas apresentações públicas, tivesse lá ido".

O segundo requerimento coloca seis perguntas à Sr.ª Presidente da Câmara de Almada, que já tinham sido colocadas nesta Assembleia e que diziam respeito à notícia de buscas da Polícia Judiciária nas instalações dos SMAS. Seis perguntas muito claras. E a resposta numa frase, no essencial manda-me



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

colocar as perguntas à entidade judiciária a que eu me refiro. É isto que a Câmara Municipal tem a dizer.

Num outro requerimento, são pedidas informações relativamente à Protecção Civil Municipal. Numa primeira pergunta pedia-se a identidade e as habilitações do Comandante Operacional Municipal. Primeiro perguntava-se se existia e depois a identidade e habilitações e se não existia o fundamento. Esta pergunta não foi respondida.

Outra pergunta, pedia-se se existem funcionários com formação específica em Protecção Civil, a identidade e qual era essa formação. E a resposta a única que foi feita, dizia que, sim que existe designadamente um licenciado em Protecção Civil. Mas a resposta não é completa. Mas havia mais uma pergunta, ou um pedido. Pedia-se uma cópia do Plano Municipal de Protecção Civil em vigor, uma coisa simples. Até podia ser por via electrónica, por mail. Ora esse documento não foi cedido pela Câmara Municipal de Almada.

Mas há mais um requerimento. Um requerimento que diz respeito a uma situação muito desagradável, em que uma ex-Deputada Municipal e agora representante de uma Plataforma de Cidadania pedia uma série de esclarecimentos e documentos à Câmara Municipal de Almada, que a Câmara não correspondeu. A Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos deu razão à Dr.ª Ermelinda Toscano, ainda assim a Câmara Municipal de Almada não correspondeu ao pedido e foi necessária uma intimação judicial e que ainda assim não foi correspondida.

Mas, o CDS perguntava porque razão esses documentos não tinham sido cedidos no tempo determinado, porque razão a Câmara Municipal de Almada não tinha respondido à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos e quando é que a Câmara Municipal iria dar seguimento ao Parecer dessa Comissão. Ora a nenhuma destas perguntas foi dada resposta pela Câmara Municipal. Isto é, como é que um cidadão pode esperar que a Câmara lhe responda e como é que pode esperar que a Câmara lhe forneça os documentos a que por Lei tem acesso e essa razão à cidadã já foi concedida pelos órgãos devidos, quando em relação aos Deputados Municipais, em relação ao órgão que deve fiscalizar a prática do Município acontece isto. Não são respondidas as perguntas e não são fornecidos documentos triviais, que são importantes para o acompanhamento da actividade do Município e da gestão do Município, e os Deputados Municipais e dessa maneira esta Assembleia, são tratados com esta total desresponsabilização, com este desrespeito, com esta falta de transparência e falta de cumprimento dos requisitos mínimos daquilo que é um Estado Democrático. Porque num Estado Democrático os órgãos que devem fiscalizar a actividade de outros órgãos, devem ter a sua actividade facilitada.

Portanto, isto também é actividade municipal, ou melhor, isto é aquilo que deveria ser também Actividade Municipal, mas que infelizmente não é cumprido, a Câmara Municipal de Almada comporta-se em muitas ocasiões como uma fora da Lei, não responde àquilo que a Lei determina que responda e despreza desta maneira o estatuto de um órgão que devia respeitar integralmente."

7.1.2 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado (PSD):



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Antes de mais gostaria de manifestar aqui algum incómodo, ontem achei que as intervenções que estavam a decorrer por parte da Sr.^a Presidente da Câmara e depois do Sr. Vereador dos SMAS eram importantes. Foi pena que tivesse sido à hora que foi, e acho que das próximas vezes devemos ter alguma atenção no encerramento da Sessão ser à hora que é, porque perde-se muita coisa, àquela hora as pessoas já querem ir embora, os Municípes estão cansados, as pessoas querem ir-se embora, para termos algum cuidado em relação a isso, são coisas importantes e que muitas vezes é importante nós ouvirmos com atenção. E hoje temos tempo, e hoje sim devíamos continuar a discussão de ontem. Rapidamente, eu ontem falei de um assunto e hoje decidi cá trazê-lo de novo e só queria perguntar uma pergunta muito simples, e ver se tenho alguma resposta que é, a zona pedonal de Almada vai continuar a estar como está ou não? Eu só trago este assunto aqui hoje porque curiosamente como faço sempre, estava a ler a imprensa local do nosso Concelho e reparei com uma entrevista, com uma intervenção por parte do Presidente da Associação de Comerciantes e Serviços do Distrito de Setúbal, o Sr. Gonçalo Paulino, em que nesse artigo ele nos diz que, isto em relação à não participação ou à fraca participação por parte dos comerciantes no Concurso de Montras do Concelho de Almada, em que eles diz que os comerciantes estão descontentes com a Câmara. Isto são palavras dele, passo a citar: "enquanto a Câmara de Almada defende a sua pedonalização os comerciantes querem que seja devolvida à circulação automóvel aquele trecho da Cidade". Os argumentos dos comerciantes não são ouvidos, diz ele. Diz ainda "não querem participar em actividades promovidas pela autarquia", porque, diz que "não faz sentido a Câmara persistir em não haver trânsito no centro da Cidade" Os próprios sinais que existem neste eixo a proibir a circulação automóvel são uma aberração, uma vez que os carros continuam a circular. E depois ele continua e uma das suas últimas intervenções diz "por isso defende que os responsáveis da gestão do trânsito no Município devam assumir o erro e abrir a circulação, embora esta deva ter velocidade condicionada, e aos poucos as pessoas começavam a voltar". Isto são as palavras dele. E das palavras dele eu faço as minhas palavras e faço também as da minha bancada. Isto porque o próprio PSD já propôs em tempos que fosse reavaliada a solução adoptada. Essa proposta deve ter caído em saco roto como se costuma dizer em bom português, porque até hoje não sabemos de nada, e a verdade é que eu ainda hoje estava às seis da tarde na Praça MFA e digo-vos uma coisa, é triste porque a circulação automóvel continua. Ninguém a tirou, ela está lá. As pessoas param abusivamente. Das duas, uma, ou é uma zona pedonal e se fiscaliza a sério e se fala com as pessoas e se proíbe a circulação a sério, ou então assume-se o erro. Há alguma humildade política e também democrática por parte desta Câmara e volta-se a uma solução, não à solução antiga, obviamente, mas uma solução intermédia, porque a realidade é uma mas parece que para a Câmara Municipal de Almada a realidade virtual que foi sonhada e pensada é outra e essa é que importa. Porque até, eu digo isto muito sinceramente, espero que nunca aconteça nenhuma desgraça ali, mas eu ainda estou para ver o dia que vai haver ali um atropelamento a sério e há uma fatalidade e depois de quem é a responsabilidade? É do condutor que não respeita, a Câmara, e porque é que nós



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

havemos de continuar nesta situação? Quanto mais tempo vai haver esta situação no centro da nossa Cidade? É preciso esperar que este Mandato Autárquico acabe, que a Sr.^a Presidente por motivos também da imposição da Lei saia? Que haja uma transferência de poderes para que se possa de uma vez por todas mudar aquilo ou não? É porque é uma resposta tão simples, aquilo é para continuar, sim ou não?"

7.1.3 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Duarte (PS):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu também faço minhas as palavras do Sr. Deputado Municipal Miguel Salgado no que concerne efectivamente à hora que esta Assembleia deve terminar e conseqüentemente ontem não foi a melhor opção para que à meia noite e meia hora se desse a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara para discutir este assunto. Eu próprio sai da Assembleia, que é uma coisa que não nos agrada muito que é quando alguém está a falar efectivamente sair e não foi por falta de consideração para com a Sr.^a Presidente da Câmara, mas porque sou uma pessoa que enfim continuo a levantar-me às seis da manhã, porque continuo a trabalhar e felizmente tenho trabalho e naturalmente sou muito disciplinado no que concerne à minha hora de me deitar e à minha hora de me levantar. E conseqüentemente é bom que até porque tínhamos o dia de hoje, deveríamos naturalmente ter terminado a Assembleia à hora que o Regimento determina.

Posto isto, Sr.^a Presidente da Câmara, a Sr.^a Presidente da Câmara ontem referiu aqui um argumento relativamente às críticas que eu fiz, relativamente à limpeza, arranjou um argumento que é um argumento enfim, que eu considero um tanto ou quanto deselegante, que é efectivamente, se agora está mal, no tempo em que o Sr. era Vereador era muito pior. Na verdade certamente que aquilo que esta Assembleia com certeza não estará interessada é saber que aquilo quando eu fui Vereador, o que é que eu fiz ou o que é que eu não fiz. E portanto o que a Sr.^a Presidente deveria e naturalmente preocupar-se era melhorar aquilo que é um serviço péssimo à população e não estar naturalmente a fazer uma comparação com aquilo quando eu fui Vereador. Mas já que a Sr.^a Presidente efectivamente fez isso, eu como guardo sempre todos os papeis, como tenho felizmente uma casa grande onde guardo tudo, tenho lá várias pastas que guardo daquilo que saiu nos jornais, trouxe uma, e dessa uma que estão ali vários documentos tirei efectivamente alguns. E já agora Srs. Deputados vão desculpar mas é assim, aquilo que enquanto eu fui Vereador houve uma coisa que eu efectivamente tive sempre o cuidado, e tive orgulho nisso, é que a Câmara aparecesse sempre nos jornais, na Comunicação Social com sentido positivo. Enquanto eu fui Vereador a Câmara apareceu sempre nos jornais, todas as semanas em defesa daquilo que era o interesse desta Câmara e a qualidade do ambiente no Concelho de Almada. Bandeira Praia Limpa 93; Acção de Sensibilização para a Limpeza das Praias, Vereador Miguel Duarte desce de pára-quadras na Praia da Rainha. Notícia em primeira página em todos os jornais e na abertura dos telejornais todos. É bom que vinte anos depois as pessoas se recordem disto, vinte anos depois. Acção de Sensibilização nas Praias da Costa da Caparica. Campanha limpa nas Praias da Costa. Isto é Diário de Notícias, Jornal de Notícias, Público. Vereador de pára-quadras apela a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

limpeza das praias. Acção de sensibilização na Costa da Caparica em favor de uma praia mais limpa. Gente aqui a limpar a Costa. Porque não é preciso mais dinheiro, é preciso é otimizar os recursos, encontrar as pessoas.

Este ar que respiramos na Cidade. E agora sobre isto eu gostava de dizer à Sr.^a Presidente, dentro dos padrões revela a medição da qualidade do ar na Cidade de Almada. Foi uma coisa que nunca mais se fez, foi efectivamente fazer, com a colaboração da Direcção Geral da Qualidade do Ambiente, medir a qualidade do ar em Almada. E há aqui uma coisa muito interessante que diz assim, a análise dos dados permite verificar que a situação relativa à qualidade do ar ambiente em Almada, encontra-se dentro dos padrões estabelecidos da Organização Mundial de Saúde e Legislação Nacional, Portaria nº 286/93, estando assim assegurada a preservação da qualidade do ambiente e da saúde humana. Isto foi feito nesta altura porque houve o cuidado de se medir a qualidade do ar, nunca mais se fez isto.

Ambiente em Almada, das revistas da especialidade que publicavam estas notícias, "Câmara de Almada combate a poluição através da reciclagem de resíduos". Eu tenho muito orgulho nisto, porque a Câmara de Almada deu um grande impulso àquilo que é hoje a reciclagem dos resíduos sólidos.

Nós somos a primeira Câmara que começou a fazer a reciclagem do papel, fazíamos do vidro e fazíamos a reciclagem do papel. Fizemos um projecto nesse sentido e eu com muito orgulho e muito gosto fui à Associação Nacional de Municípios em Coimbra apresentar o projecto que muitos Municípios depois vieram a adoptar. Criou-se aqui o embrião nesta Câmara para que efectivamente se começasse depois com a reciclagem dos resíduos. Novo aterro; informação escolar; a recolha dos resíduos sólidos hospitalares no Concelho de Almada. Os resíduos iam para o aterro, passaram a ser incinerados no Hospital de Almada, isto foi feito no meu Mandato, reunimos com o Hospital de Almada, na altura Director o Dr. Rui de Freitas, e os resíduos eram recolhidos pela Câmara em contentores próprios e passaram a ser incinerados no Hospital de Almada. Iam para o aterro.

Depois as Praias da Costa da Caparica produzem cinco toneladas de lixo. Aqui estão as máquinas, aqui estão a contentorização individual que foi feita na Costa da Caparica. E sobre isto eu gostaria de dizer uma coisa. A única Câmara que tinha contentorização individual, não sei se os Srs. sabem o que é isto, é aqueles contentores pequeninos que estão nos prédios, chama isto contentorização individual. Era Lisboa, Coimbra estava efectivamente também a adoptar, Porto tinha um sistema que me recorde que eram os sacos de plástico que as pessoas punham à porta e a Câmara de Almada aprovou este projecto, e onde é que se fez a experiência piloto?

Na Costa da Caparica. Foi um trabalho extremamente interessante levámos seis meses a implementar este trabalho no terreno, porque um Vereador se quiser ser Vereador tem que andar no terreno, não pode estar no Gabinete, tem que andar no terreno. E fizemos isto com a colaboração dos técnicos, dos trabalhadores, andámos aqui seis meses, entregávamos um contentorzinho a cada prédio e a pessoa assinou termo de responsabilidade, ficou responsável por aquele contentor e depois todas as manhãs as pessoas vinham recolher, houve aqui uma optimização de recursos muito grande, porque a recolha como aqui se diz passou a ser às segundas, quartas e sextas e no Verão havia uma recolha



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

suplementar ao sábado, numa zona da Cidade e na outra às terças, quintas e sábados noutra zona da Cidade. Deixou de haver lixo no chão, deixou de haver aqueles contentores e os comerciantes (desculpe, é que o Sr. ainda era muito novo nessa altura sabe? Ainda é, ainda é um jovem, mas o Sr. nessa altura ainda era novo e foi assim exactamente como eu lhe estou a dizer) Deixou sim de haver lixo no chão, eu sei que isto vos custa muito porque não tiveram a capacidade de fazer isto, mas efectivamente foi. Então passamos a fazer efectivamente este sistema da contentorização individual, foi um trabalho muito interessante e que depois outras Câmaras começaram a adoptar. As Cidades mais importantes que faziam isto era Lisboa, Madrid, Paris, Paris tinha onze milhões de habitantes, nós fomos a Paris ver o sistema que eles utilizavam e Madrid. E passou-se a fazer isto como recolha. É evidente que hoje o que se verifica e eu vejo isto com muita mágoa, o que se verifica é que os contentores estão todos na rua, todos. Se os Srs. saírem agora daqui estão todos na rua, uns sem tampa, outros com tampa, numa degradação do meio urbano lamentável e isto ninguém me pode dizer que é mentira, se saírem daqui os Srs. vão ver, porque eu hoje vim cá às oito da manhã e estavam na rua todos, e agora estão todos na rua, ninguém põe os contentores em casa, e isto é que é lamentável. É porque este sistema não é para pôr os contentores na rua é para ter os contentores dentro de casa.

Depois houve várias coisas muito interessantes ao nível da sensibilização ambiental, passeio no Tejo com as crianças, nos barcos, no Monte Pragal, o famoso Monte Pragal, passeio no Tejo com as crianças.

Quanto custa a manter a limpeza num aterro sanitário em termos europeus? Jogos do Ambiente no Ondaparque também já lá não há. Milhares, centenas de crianças, jovens que foram fazer os jogos do ambiente no Ondaparque, que saudades, que saudades. Jogos do Ambiente em todos os jornais. Limpeza das Praias; Almada mede gases e ruídos, sabe o que isto quer dizer? Diz assim "O Vereador do Pelouro do Ambiente Miguel Duarte submeteu o seu automóvel aos testes e ficou aprovado. Está aqui escrito. Fizemos na Av.^a D. Nuno Álvares Pereira com a colaboração da Direcção Geral do Ambiente, montamos uma estação, filas enormes de pessoas, nunca tinham visto em lado nenhum, nunca se tinha feito em lado nenhum. Com os carros ali e as pessoas foram lá para medir os gases. Uma coisa muito interessante. Depois outra coisa, regas nocturnas nos espaços verdes para poupar a água. Notícia, só trouxe aqui um jornal, mas estão ali muitos.

Décimo Festival da Árvore, está aqui a Sr.^a Presidente toda bonita, tinha menos vinte e três anos como é óbvio, mas hoje ainda continua, está aqui a fotografia. E nós fomos à Escola Daniel Sampaio, fizemos um trabalho excelente, lá efectivamente no dia do ambiente plantámos as árvores, está aqui tudo.

Almada mede poluição do automóvel, está aqui tudo.

A Caparica quer dar cabo do lixo e deu, e deu cabo do lixo, está também aqui.

Depois uma notícia na Capital que é muito importante, em que a limpeza ganha prémios. Esta é uma notícia da Capital. Mas só aqui uma coisa, Verão na Costa da Caparica foi mais limpo, nunca tinha sido tão limpo, está aqui escrito, não fui eu que inventei, está aqui escrito.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Onda do ambiente reúne oitocentos jovens, também está aqui escrito, não fui eu, é de um jornal Correio da Manhã 06.06.92, já lá vão muitos anos.

E portanto, Sr.^a Presidente da Câmara, e depois ainda há outra coisa, um jornal diz assim: "Esta Cidade estrumeira, volta Miguel Duarte" E então é feito um apelo para eu voltar, mas eu não voltei. Em 1999, mas eu não voltei. Peço desculpa mas eu não voltei.

Sr.^a Presidente, já agora para terminar duas coisas muito rápidas. Eu gostava que a Sr.^a Presidente da Câmara interpretasse as nossas críticas como uma necessidade de melhorar as coisas e não de criticar por criticar. Eu pelo menos tenho essa postura, uma necessidade e estou muito curioso e muito empenhado, o equipamento que foi comprado, as varredoras e tudo isso, venha a servir efectivamente a Costa da Caparica, a Trafaria, a Charneca, a Sobreda e todas essas Freguesias, mas há aqui uma coisa, é que a mim se me dissessem uma coisa, só bastava dizer uma vez, não bastava dizer duas. Se um Deputado Municipal viesse aqui dizer à Assembleia que em tal sítio, como por exemplo aqui na rua onde mora o Sr. Vereador, que há três árvores secas já há uma quantidade de tempo, eu já lá tinha ido pôr as árvores há muito tempo. Nem precisava que ninguém me dissesse, porquê? Porque eu andava aí sempre, e por isso é que em determinada altura há um funcionário que me disse assim, olhe que eles dizem aí que você gasta muito gasóleo no carro, mas eu andava sempre na rua a ver o que é que se passava. Não fui gastar gasóleo para ir de férias, nada disso.

Portanto, é isto que é importante, e a Sr.^a Presidente falou aqui em duas coisas, falou nos espaços verdes, ninguém lhe perguntou, mas Sr.^a Presidente fale lá das passadeiras, diga lá quando é que põe as passadeiras na estrada, lá na Charneca que isso é que é importante para as pessoas."

7.1.4 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Depois deste momento de analepse, poderíamos dizer, "volte Sr. Vereador", mas ele já disse de maneira que é uma redundância da minha parte. Não sei bem se este discurso foi para a Assembleia Municipal, se foi para dentro do Partido Socialista, vejam que têm aqui um homem que vocês estão a desperdiçar.

Ainda estamos longe das eleições mas nunca se sabe se não está aqui um reforço e vosso futuro cabeça de lista para Almada, com este não há outra experiência é já meio caminho andado.

Queria aproveitar o tempo que temos e no respeito pelo tempo que temos e também é uma coisa que eu às vezes não percebo, a forma como os tempos são controlados, pelo menos nós pela nossa parte poderemos não ser exemplares a cem por cento, mas respeitamos o tempo e quando nos fazem sinal que o nosso tempo esgotou calamo-nos. Aliás, acho que a nossa experiência fala por si.

Queríamos aproveitar para dizer que nem todos os problemas que aqui temos apresentado em conjunto com outros Deputados Municipais se vêem resolvidos no imediato ou a breve prazo, como nós todos gostaríamos de verificar. Mas, não é verdade que não haja assuntos que são colocados aqui na Assembleia Municipal e que sejam resolvidos, e creio que são resolvidos fora do rumo normal da agenda de trabalhos que a Câmara tem, que tem que ter, uma agenda normal de trabalhos rotineiros



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

que serão imensos com certeza, e depois há todo um lote de problemas que surgem e que eu acho que é um dever dos Deputados Municipais, dos Srs. Munícipes, das Senhoras Munícipes e também dos Deputados Municipais colocarem aqui problemas com que nos confrontamos no dia a dia e que nós gostaríamos que não existissem, mas existindo que sejam resolvidos rapidamente.

Um assunto que eu constatei há poucos dias que foi resolvido, tem a ver com o retirar da via pública os quiosques, os quiosques que em dada altura foram colocados com uma finalidade que depois se vieram a verificar sem sentido porque foram abandonados, ainda aqui há dias verifiquei que foi retirado um quiosque junto à Repsol na Cova da Piedade com evidentes ganhos para as pessoas que passam, porque o quiosque no estado de degradação que estava não era bom. Ainda existe um quiosque junto ao Jardim da Cova da Piedade no mesmo estado que ainda permanece, deixava aqui no mesmo sentido do pedido que fizemos quando falámos deste quiosque junto à bomba de gasolina, que ao outro se chegue a alguma conclusão ou que vai ser utilizado ou então que o retirem porque é uma área ocupada em vão com aspecto mau.

Um assunto que queria aqui trazer, funciona como um apelo e também como uma crítica. Isto tem a ver com a ECALMA e com o passeio. Eu estou convencido, ou pelo menos quero convencer-me, se bem que às vezes tenho algumas dúvidas que as multas ocorrem porque têm que ocorrer, os fiscais da ECALMA passam, os carros estão estacionados indevidamente, são multados e são bloqueados. Há aqui dois aspectos que eu gostaria de referir e que eu acho que deviam ser tidos em conta. Em frente à Cooperativa Piedense, só o tema Cooperativa Piedense daria aqui uma discussão, mas não é para isso que aqui estamos, existe um passeio enorme, aquele passeio dá para estacionar quatro automóveis e dá para colocar seguramente dois belíssimos bancos de Jardim. Se ali forem colocados dois bancos de jardim entre aquelas árvores que se encontram naquele passeio, vamos encontrar forma daquelas pessoas que já têm alguma idade e que se encontram na esquina à volta da caixa da EDP e que ali ficam duas, três horas em tertúlias diárias e que as pessoas mostram ter sempre ali uma boa disposição, poderiam fazê-lo à sombra das árvores e nos banquinhos de jardim. Ora o que é que fazíamos com isto? Fazíamos que a ECALMA já não tinha que ter o trabalho de multar aqueles automóveis ali em cima daquele passeio, poderia ir fazer uma fiscalização noutras zonas, os nossos cidadãos tinham um local para confraternizar e para ter ali as suas conversas e tínhamos o problema resolvido da melhor maneira. Porque depois os carros ali no passeio são bloqueados, as pessoas de facto estacionam ali por períodos muito curtos, quando chegam às viaturas telefonam para virem desbloquear o carro. Mas vocês acham que vêm desbloquear o carro no próximo quarto de hora? Ou na próxima meia hora? Em alguns casos assim será, mas noutros não e eu já tenho verificado isso, e então se há pessoas que têm assuntos urgentes ficam ali pendurados à espera que venham desbloquear o carro e é muito mau. Estas situações são situações que vamos continuar a discutir por muito tempo.

Falamos aqui do MST, que é um assunto que é recorrente, nós já falamos sobre o MST por variadíssimas razões. Gostaria só de referir aqui duas. Uma é a questão do ruído, nós aprovámos aqui



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

uma Moção que entre outras coisas falava do ruído e na altura havia a ideia que estavam a ser feitos estudos para reduzir o ruído, já que evitá-lo a cem por cento será impossível. Mas o que eu constato é que nas zonas mais críticas o ruído continua a existir e creio que exactamente do mesmo modo.

Pergunto é porque o que se fez mostrou-se ineficaz ou ainda não se chegou a alguma forma de atenuar o ruído? Esta é uma pergunta.

A outra pergunta é se está agendado e não sei de quem é a responsabilidade, não sei se é da Câmara, se é do MST, que é a passagem das viaturas por cima do carril. Os que conduzem já se aperceberam que a passagem por cima do carril nalguns sítios, eu vou citar a Praça Gil Vicente, para dar um exemplo que já é muito visível, a passagem sobre os carris do metro faz-se cada vez com mais dificuldade. Portanto, o pavimento já está a ficar um pouco danificado, não sei de quem é a responsabilidade, agora o que nós aqui queríamos era apelar a que aquela situação fosse resolvida. Portanto eu estou a citar a Praça Gil Vicente como um exemplo, mas isto já se verifica noutras zonas. Parecia que era muito bem vinda uma obra de reposição do pavimento nestas zonas.

Para terminar, na Av.^a da Fundação com a Rua Pedro Matos Filipe como todos sabem existe um edifício abandonado e que foi há pouco tempo decidido um plano de remate para aquela zona e par e passo com outras também na Cova da Piedade e noutras localidades. Há dias foi colocado num imóvel um aviso da Câmara, uma notificação, um Edital, não sei referir o termo exacto, em que dão vinte dias para que o proprietário proceda à demolição do imóvel. A pergunta que eu queria deixar é, findos esses vinte dias que já devem ter terminado, se o imóvel não for demolido o que é que se vai passar?"

7.1.5 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Penso que a Câmara não tem tempo, a CDU para além de querer chamar a atenção do Sr. Presidente que há que fazer alguma gestão também de seriedade das intervenções, porque o humor faz falta mas o abandalhamento não, a CDU cede o tempo à Sr.^a Presidente da Câmara."

7.1.6 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Então algumas notas breves no seguimento das intervenções feitas.

Queria começar por dizer ao Sr. Deputado Miguel Duarte que desde que o Sr. deixou de ser Vereador na Câmara a única coisa que não se fez foi andar de pára-quadras, de resto fez tudo e muito mais do que aquilo que o Sr. aqui enunciou, muito mais. De tal maneira que por exemplo a medição regular da qualidade do ar é uma constante há mais de dez anos Sr. Deputado. Com estações de medição da qualidade do ar instaladas e a funcionar e com uma observação e avaliação permanente dos seus resultados. De tal maneira que esses mesmos elementos vão ser fundamentais para o processo de revisão do Plano Director Municipal. Portanto há muito trabalho feito. Eu ontem quando me referi ao Sr. Deputado elogiei-o, aliás contrariamente àquilo que o Sr. tinha feito antes em que disse que só poderia entender determinadas situações como de pura vingança, eu fui muito cordial e tratei-o com muita ética e valorizei a forma como o Sr. enquanto Vereador na Câmara trabalhou. Disse que era um homem de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

trabalho, disse que era um homem empenhado, disse que também tinha visão para o sector, mas também não conseguiu resolver os problemas da limpeza, porque Sr. Deputado, o Sr. é muito bom mas não conseguiu acabar com o lixo e ninguém vai acabar. O lixo não é nada que nasce como as ervas, é de facto algo que as pessoas, que cada um dos cidadãos, cada um dos produtores do lixo, têm responsabilidades na forma como usam a Cidade, como usam os recipientes e tudo o mais. E portanto, de facto o Sr. foi bom como disse aqui, quis ilustrar e eu não digo o contrário, mas não acabou com o lixo, como ninguém vai acabar. E portanto para concluir de facto, só não se continua a andar de pára-quedas, de resto tudo e muito mais foi sendo feito ao longo do tempo.

Queria deixar nota de que quem requer informação pode não se conformar com as respostas, as respostas são dadas, agora quem as recebe pode não se conformar com as respostas ou não achar que elas foram suficientemente ao encontro daquilo que desejaria.

Enfim, isso aconteceu por todo o lado, olhe veja-se também a Assembleia da República, por todo o lado. As informações são pedidas, são dadas. Eu queria aqui dizer que já houve um Deputado Municipal que pediu as Actas da Reunião de Câmara de dois ou três Mandatos seguidos, e tudo isso foi remetido, foram dezenas e dezenas de livros remetidos à Assembleia Municipal para que fossem devidamente consultados. Não sei se consultaram e não vou dizer quem. O que é verdade é que tivemos o trabalho de entregar dezenas e dezenas de livros, trabalhadores que foram lá, que foram colocar, trabalho que se fez, horas que se gastou e depois parece que aquilo afinal não era nada de interessante, porque acabou por nem sequer ser totalmente consultado. Portanto, nós disponibilizamos tudo. Agora, a resposta pode eventualmente não ser aquela e admito que não seja aquela que cada um desejava que tivesse sido escrita.

Queria deixar nota de que a resposta dada às buscas da Polícia Judiciária foi muito bem dada, mas muitíssimo bem dada. Então que se apresente as perguntas à Polícia Judiciária, ou não se sabe que é assim. Ou não se sabe que processos desta natureza têm que naturalmente ser respondidos por quem de direito. Eu nem sei do que é que andam à procura, nem sei, mas um dia hei-de saber. E um dia havemos de ver quem é que responde pela perturbação, porque a Lei também define que quando se envolvem as Instituições em situações que não têm fundamento, que quem o faz também tem que responder por isso. Nós estamos cá para aguardar com toda a tranquilidade. Quem é que está a ser o causador de toda a perturbação que está a ser feita envolvendo instâncias de variadíssima natureza, fazendo gastar dinheiro ao erário público à custa de devaneiros, suspeições, invenções, etc., etc.. Havemos de ver. E havemos de ver mais, porque quem tem a consciência tranquila dorme muito descansado. E também acreditamos que a justiça há-de funcionar, e há-de funcionar para tudo. Há-de funcionar para tudo, e lá chegaremos. Há-de vir o dia em que de facto muitas questões que têm vindo a ser colocadas hão-de ser claramente esclarecidas. E eu quero aqui saudar o facto de ontem se ter entendido avançar para uma Comissão para provar e provar de todos os lados aquilo que é dito e que foi ontem aqui dito. Eu acho que é ótimo, é ótimo que quem diz, prove. Mas que também nós estamos absolutamente disponíveis para ir até ao limite dos limites, no sentido de esclarecer todas as



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

questões, que já chega, já é demais. Por menos do que aquilo que tem sido posto nesta Assembleia já na Assembleia Municipal do Montijo aconteceu a situação lamentável que aconteceu. E portanto, eu gostava de deixar uma nota de que temos que retomar os tempos que nos levaram a ter intervenções e decisões como ontem aqui também tivemos. Respeitar as diferenças, respeitar quem é diferente. Temos opções político-partidárias diferentes uns dos outros, mas que bom que é quando nós deixamos de ser autarcas mas mantemos a amizade porque fomos capazes de nos respeitar reciprocamente, respeitando as diferenças. Que bom que é o João Costa ter sido o Deputado Municipal que foi, que tanta estima granjeou e tanta amizade que nos deixou, que bom que é.

Eu queria aqui deixar nota que seria de facto muito, muito bom que a ética e que a forma elevada de exercermos cada um de nós e todos nós a nossa responsabilidade enquanto eleitos, eleitos pelo povo. Queria deixar nota de que em relação aos quiosques que enfim, estão velhos, na altura respondi, estava em preparação não só um concurso para se poder voltar a estabelecer e adjudicar áreas de actividades baseadas neste tipo de equipamento e têm estado a ser levantados, com um esforço cruzado de vários sectores da Câmara, porque infelizmente com as dificuldades que estão a ser postas à admissão de pessoal, nós estamos a sentir problemas muito sérios já nalguns sectores da nossa Câmara Municipal. E por exemplo a remoção dos quiosques está a ser o resultado de um trabalho articulado, empenhado entre sectores da Câmara. Aquele que tinha a incumbência de o fazer não tinha os recursos humanos suficientes para o fazer, mas houve a capacidade dos dirigentes e do Eleito no caso do Vereador Rui Jorge, para fomentar dentro e entre as diferentes áreas um espírito de entreaajuda e de cooperação para podermos resolver isso. Eu penso o da 5 de Outubro já lá não está. Portanto, o quiosque no Largo 5 de Outubro penso que já lá não está, o Vereador Rui Jorge dizia-me há pouco. Eu não vi, ele diz que sim. Mas é todo um processo que está em curso e que se está a apontar para tudo ser retirado.

Queria deixar também nota, portanto há aqui ideias, há aqui sugestões, claro que o Deputado Municipal Salvado põe aqui uma coisa do preto ou branco. Há um processo que está exactamente como está, há decisões que estão tomadas e não estão alteradas e portanto não lhe vou dizer preto no branco. Digo, a decisão está tomada, mantém-se, e portanto mais não acrescento relativamente a essa situação.

Queria também deixar nota que em relação ao Metro Sul do Tejo houve de facto um estudo, há questões que nós pedimos para nos informarem e continuamos a pedir informação, porque queremos e nomeadamente à Equipa de Missão, infelizmente a Equipa de Missão desapareceu, também foi extinta nesta revoada de acabar com tudo e de uma forma cega, sem perceber onde é que as instâncias fazem falta ou não fazem, esta também acabou. E portanto, nós dirigimo-nos à entidade para onde terão sido transferidas as incumbências da Equipa de Missão, de modo a podermos obter alguma informação. Mas, há aqui uma lacuna e, há aqui uma lacuna séria. Eu própria e os Presidentes de Câmara do Seixal e do Barreiro nos avistámos com o Senhor Secretário de Estado dos Transportes, portanto agora a terminar a sua missão, fazendo sentir que era absolutamente necessário que a Equipa de Missão, chamasse-se o que se chamasse, estivesse sediada onde estivesse, mas aquelas pessoas que não



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

têm sequer ordenado, aquelas pessoas que constituíam a Equipa de Missão da qual também faziam parte pessoas indigitadas pelas Câmaras Municipais e que não tinham nem uma senha de presença, mantivessem a sua actividade, porque o processo do Metro não está fechado e porque também obviamente se deseja que as respectivas extensões aconteçam desde logo, aquelas que fazem parte do contrato base de concessão como todos sabemos a partir de determinados resultados e ou por decisão do próprio Governo, é possível determinar a extensão ao Seixal, a extensão ao Lavradio. E portanto neste momento a situação é de vazio. De qualquer modo nós continuamos a perguntar dirigindo à entidade para onde terá sido transferida esta incumbência, toda a informação e portanto chamando também, levantando os alertas que vamos detectando e aqueles que também nos chegam."

7.1.7 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É só para completar a informação da Sr.^a Presidente da Câmara de Almada, escusa de deixar as coisas veladas. Sim, fui eu que fiz o requerimento das actas da Câmara Municipal de Almada. Sim, fui eu que as consultei, aquelas que entendia que devia consultar. É mentira o que a Sr.^a afirmou aqui, que não tinham sido consultadas. E só não produziram mais efeito porque são aquilo que podíamos chamar actas minimalistas, em que a informação é muito escassa."

7.1.8 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em defesa da honra. Eu não admito que ninguém me chame de mentirosa, e muito menos o Sr. Deputado Fernando Pena, e por muito menos do que isso, noutros locais já aconteceram situações lamentáveis. Eu uso a palavra e não a violência para o chamar a atenção. E desejaria que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, relativamente a este tipo de comportamentos fizesse de facto um apelo à ética e um apelo ao respeito."

7.1.9 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Pela defesa da honra, porque a Sr.^a Presidente já é a segunda vez que vem aqui com histórias de outras Assembleias, não sei o que é que quer dizer com isso, não sei se estará a ameaçar-me de alguma coisa, mas olhe, eu como estou nas mãos do Nosso Senhor, não tenho medo das suas ameaças, mas depois tenho uma coisa a dizer, que é, e está gravado, a Sr.^a afirmou que eu não tinha consultado as actas, eu consultei as actas. Portanto, o que afirmou não é verdadeiro, e se não é verdadeiro é uma mentira, não sei é uma questão de dicionário."

7.1.10 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em nome da decência a CDU vai suscitar na próxima Reunião de Representantes a análise da intervenção e do comportamento ético nestas reuniões, para que não continuemos a dirimir entre a Mesa e as bancadas, qual é o limiar mínimo de decência que qualquer Deputado tem que ter para se respeitar a si próprio, para nos respeitar a todos e para não nos deixar a todos nesta situação



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

vergonhosa de darmos a imagem do decurso de uma Assembleia Municipal a decorrer nestes termos. Estamos ao serviço dos cidadãos, estamos aqui para trabalhar, não estamos para guerras de salão, estamos para defender politicamente tudo aquilo que entendermos que é valioso para defender. Defendemos a liberdade de opinião, a oposição das opiniões, mas nunca, nunca podemos permitir a palhaçada, a indecência e o insulto. E isto tem que acabar em nome de Almada."

7.2 - A Mesa apresentou à consideração da Assembleia a proposta de alteração da Ordem do Dia com o aditamento de uma Proposta de Deliberação apresentada pelo PS de constituição de uma Comissão Eventual, que foi aprovada por unanimidade.

7.2.1 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

"Srs. Deputados Municipais;

Temos agora à vossa consideração, a proposta apresentada pelo Sr. Deputado José Joaquim Leitão, sobre a constituição de uma Comissão seja apreciada e decidida.

Está à consideração alterar a ordem de trabalhos através do aditamento de uma proposta que foi aqui anunciada pelo Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão para a constituição de uma Comissão Eventual. Diz: "Considerando a necessidade de um cabal esclarecimento do caso do Sr. Engenheiro Jorge Abreu, dos SMAS, a Assembleia Municipal de Almada reunida a 17 de Junho de 2011, delibera:

- a) Constituir uma Comissão Eventual ao abrigo do nº 1, do artigo 94º do Regimento;
- b) Definir para a referida Comissão Eventual a seguinte composição:
CDU - 4 eleitos, PS - 3 eleitos, PSD - 2 eleitos, Bloco de Esquerda - 1 eleito, CDS-PP - 1 eleito
- c) Fixar em 90 dias o prazo para a elaboração pela Comissão de um relatório a apresentar à Assembleia."

7.2.2 - Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta de Constituição da Comissão Eventual que foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:

Deliberação

Considerando a necessidade de um cabal esclarecimento do caso do Sr. Engenheiro Jorge Abreu, dos SMAS, a Assembleia Municipal de Almada reunida a 17 de Junho de 2011, delibera:

- d) Constituir uma Comissão Eventual ao abrigo do nº 1, do artigo 94º do Regimento;**
- e) Definir para a referida Comissão Eventual a seguinte composição:**
CDU - 4 eleitos, PS - 3 eleitos, PSD - 2 eleitos, Bloco de Esquerda - 1 eleito, CDS-PP - 1 eleito
- f) Fixar em 90 dias o prazo para a elaboração pela Comissão de um relatório a apresentar à Assembleia.**

7.3 - Entrou-se nos pontos 3.3, 3.4 e 3.5 da agenda com a apreciação e votação das Propostas Nº 42/X-2º, Nº 43/X-2º e Nº 44/X-2º de iniciativa da Câmara Municipal e aprovadas em Reunião Camarária de 01/06/2011, sobre a "Alienação da Parcela de Terreno, com área de 3.898,00 m² na Rua Borges do Rego, no Laranjeiro"; "Alienação do Prédio Urbano, com área de 7.750,00 m², na Av.ª 23 de Julho, no



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Laranjeiro" e "Alienação da Parcela de Terreno, com área de 7.055,00 m² na Av.^a 25 de Abril, em Cacilhas", respectivamente (**Conforme Anexos XXX, XXXI e XXXII**).

7.3.1 - Usou da palavra a Sr.^a Presidente da Câmara Municipal para apresentar as respectivas Propostas.

7.3.1.1 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O entendimento é de que as propostas devem ser apresentadas em conjunto, elas estão distribuídas aos Srs. Deputados Municipais, trata-se da alienação de três parcelas, algumas delas com várias fracções de terrenos municipais. Uma das propostas reporta-se a 7.055 m² na Av.^a 25 de Abril; uma outra 3.898 m² na Rua Borges do Rego no Laranjeiro e a terceira com 7.750 m² na Av.^a 23 de Julho, no Laranjeiro. Nas condições das cláusulas gerais e especiais que fazem parte das respectivas propostas. Portanto está à vossa consideração, alguma dúvida esclareceremos."

7.3.2 - No debate usou da palavra o Sr. Deputado Municipal Fernando Pena.

7.3.2.1 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Almada teve há uns anos um desígnio escolhido democraticamente em sede de Plano Director Municipal que hoje se reflecte naquilo que é o Orçamento Municipal, a maioria das receitas ordinárias provém do sector do imobiliário, da construção. Foi essa aliás a escolha que ficou muito clara nesse Plano Director Municipal, que é a utilização essencialmente para construção dos terrenos disponíveis que poderiam servir para outros fins, que poderiam servir para uma outra ideia de Cidade, poderiam servir para um outro usufruto da população. Hoje temos aqui mais três propostas. Três propostas de espaços, que a única coisa que foi pensada para eles, para lá do estacionamento útil e necessário, foi a construção. Porque mais construção significa mais receitas, mas é este o Concelho que estamos a construir, um Concelho com o desígnio do betão. É um triste desígnio na minha opinião. Não me conformo com ele, é a Cidade e é o Concelho em que eu nasci, gostaria de que nele fosse plasmada uma outra ideia de desenvolvimento urbano. Portanto, estas são mais três, tudo se poderá defender, qualquer dia teremos pela redução da população acentuada em algumas Freguesias de Almada vamos ter mais fogos do que habitantes, mas vamos continuar a construir muito. Porque construir muito dá dinheiro e dinheiro permite ganhar as eleições seguintes. E portanto, face a isto e face a não ter sido contemplada qualquer outra possibilidade para estes terrenos, votarei contra."

7.3.3 - Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação das Propostas:

7.3.3.1 - A Proposta Nº 42/X-2º Foi aprovada por maioria com trinta e nove votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive a Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria, do PSD, inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, e do BE), dois votos contra (de eleitos do CDS-PP) e duas abstenções (de eleito do



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

PSD - Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado e de eleito do PS - Sr. Deputado Municipal Vitor Batista), através da seguinte deliberação:

Deliberação

Considerando que o Município de Almada é dono e legítimo proprietário da parcela de terreno com a área de 3.898,00 m², constituída por vários prédios, inventariados sob os nºs 38637, 31765, 31766,38649,38672,69931,31767 e 38654, sitos na Rua Borges do Rego, no Laranjeiro.

Considerando que os referidos prédios foram adquiridos para vários usos, designadamente para a construção de estacionamento de uso público.

Considerando que o estudo elaborado para o local concluiu pela possibilidade de edificação, para além do uso do estacionamento, do uso de comércio, serviços e habitação.

Considerando o volume de investimento para a construção de um parque de estacionamento e o valor do terreno para os demais usos.

Considerando que se afigura económica e juridicamente adequado a alienação dos prédios para construção dos vários usos e a afectação do espaço para uso de estacionamento e estacionamento público, com preços e regulamento a aprovar pela Câmara Municipal.

Neste contexto e nos termos e ao abrigo da alínea i), do nº 2, do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal delibera:

1 - Autorizar a Câmara Municipal a alienar, por contrato de compra e venda, por negociação directa, nos termos legais, a parcela de terreno com a área de 3.898,00 m², sita na Rua Borges do Rego, Laranjeiro, constituída pelos seguintes prédios:

- a) Prédio urbano, designado por lote 5, descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Almada sob o número 00641/030287, da Freguesia do Laranjeiro, inscrito na matriz urbana da Freguesia do Laranjeiro sob o artigo 1758, com a área de 261.00 m²;
Inventariado sob o nº 38637.**
- b) Prédio urbano, designado por lote 6, descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Almada sob o número 02728/020523, da Freguesia do Laranjeiro, inscrito na matriz urbana da Freguesia do Laranjeiro sob o artigo 1744, com a área de 261,00 m²;
Inventariado sob nº 31765.**
- c) Prédio urbano, designado por lote 7, descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Almada sob o número 02729/020523, da Freguesia do Laranjeiro, inscrito na matriz urbana da Freguesia do Laranjeiro sob o artigo 1745, com a área de 480,00 m²;
Inventariado sob o nº 31766.**
- d) Prédio Urbano, designado por lote 8, descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Almada sob o número 01617/310189, da Freguesia do Laranjeiro, inscrito na matriz urbana da Freguesia do Laranjeiro sob o artigo 1514, com a área de 480,00 m²;
Inventariado sob o nº 38649.**



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- e) Prédio urbano, designado por lote 9, descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Almada sob o número 02003/901018, da Freguesia do Feijó, inscrito na matriz urbana da Freguesia do Feijó sob o artigo 1800, com a área de 480,00 m2;
Inventariado sob o nº 38672.
- f) Prédio urbano, designado por lote 10, descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Almada sob o número 1974/20080609 da freguesia da Cova da Piedade, inscrito na matriz urbana da Freguesia do Laranjeiro sob o artigo 2190, com a área de 480,00 m2;
Inventariado sob o nº 69931.
- g) Prédio urbano, designado por lote 11, descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Almada sob o número 02730/020523, da Freguesia do Laranjeiro, inscrito na matriz urbana da Freguesia do Laranjeiro sob o artigo 1746, com a área de 490,00 m2;
Inventariado sob o nº 31767.
- h) Prédio urbano, designado por lote 33, descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Almada sob o número 00642/030287, da Freguesia do Laranjeiro, inscrito na matriz urbana na Freguesia do Laranjeiro sob o artigo 1759, com a área de 976,00 m2;
Inventariado sob o nº 38654.

2 - Aprovar ainda as "Condições Gerais de Alienação" e as "Condições Especiais de Alienação" e seus Anexos, da presente alienação, constantes da deliberação Camarária de 01/06/2011.

7.3.3.2 - A Proposta Nº 43/X-2º Foi aprovada por maioria com trinta e nove votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreira, do PS, inclusive a Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria, do PSD, inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, e do BE), dois votos contra (de eleitos do CDS-PP) e duas abstenções (de eleito do PSD - Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado e de eleito do PS - Sr. Deputado Municipal Vitor Batista), através da seguinte deliberação:

Deliberação

Considerando que o Município de Almada é dono e legítimo proprietário do prédio urbano com a área de 7.750,00 m2, sito na Av.ª 23 de Julho, no Laranjeiro.

Considerando que o referido prédio foi adquirido para vários usos, designadamente para a construção de estacionamento de uso público.

Considerando que o estudo elaborado para o local concluiu pela possibilidade de edificação, para além do uso do estacionamento, do uso de comércio, serviços e habitação.

Considerando o volume de investimento para a construção de um parque de estacionamento e o valor do terreno para os demais usos.

Considerando que se afigura económica e juridicamente adequado a alienação do prédio para construção dos vários usos e a afectação do espaço para uso de estacionamento e estacionamento público, com preços e regulamento a aprovar pela Câmara Municipal.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Nestes termos e ao abrigo da alínea i), do nº 2, do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal, delibera:

a) Autorizar a Câmara Municipal a alienar, por contrato de compra e venda, por negociação directa, nos termos legais, o prédio urbano, com a área de 7.750,00 m², sito na Av.ª 23 de Julho, Laranjeiro, descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Almada sob o número 3173/201103014 da Freguesia do Laranjeiro, inscrito na matriz urbana da mesma Freguesia sob o artigo 2273.

b) Aprovar as "Condições Gerais de Alienação" e as "Condições Especiais de Alienação e seus Anexos, constantes da deliberação camarária de 01/06/2011

7.3.3.3 - A Proposta Nº 44/X-2º Foi aprovada por maioria com trinta e nove votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive a Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria, do PSD, inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, e do BE), dois votos contra (de eleitos do CDS-PP) e duas abstenções (de eleito do PSD - Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado e de eleito do PS - Sr. Deputado Municipal Vitor Batista), através da seguinte deliberação:

Deliberação

Considerando que o Município de Almada é dono e legítimo proprietário da parcela de terreno com a área de 7.055,00 m², constituída por vários prédios, inventariados sob os nºs 87134, 87132, 87135, 87133, sitos na Av.ª 25 de Abril, em Cacilhas.

Considerando que os referidos prédios foram adquiridos para vários usos, designadamente para a construção de estacionamento de uso público.

Considerando que o estudo elaborado para o local concluiu pela possibilidade de edificação, para além do uso do estacionamento do uso de comércio, serviços e habitação.

Considerando o volume de investimento para a construção de um parque de estacionamento e o valor do terreno para os demais usos.

Considerando que se afigura económica e juridicamente adequado a alienação dos prédios para construção dos vários usos e a afectação do espaço para uso de estacionamento e estacionamento público, com preços e regulamento a aprovar pela Câmara Municipal.

Neste contexto e nos termos e ao abrigo da alínea i), do nº 2, do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal delibera:

1 - Autorizar a Câmara Municipal a alienar, por contrato de compra e venda, por negociação directa, nos termos legais, a parcela de terreno com a área de 7.055,00 m², sita na Av.ª 25 de Abril, em Cacilhas, constituída pelos seguintes prédios:



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- a) Prédio urbano, descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Almada sob o número 503/20070329, inscrito na matriz urbana da Freguesia de Cacilhas sob o artigo 669, com a área de 614,00 m²;
Inventariado sob o nº 87134.
- b) Prédio misto, descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Almada sob o número 00376/940810, inscrito na matriz urbana da Freguesia de Cacilhas sob o artigo 670, com a área de 6.210,00 m²;
Inventariado sob o nº 87132.
- c) Prédio urbano, descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Almada sob o número 479/010703, inscrito na matriz urbana da Freguesia de Cacilhas sob o artigo 672, com a área de 151,00 m²;
Inventariado sob o nº 87135.
- d) Prédio urbano, descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Almada sob o número 00461/28052002, inscrito na matriz urbana da Freguesia de Cacilhas sob o artigo 674, com a área de 80,00 m²;
Inventariado sob o nº 87133.

2 - Aprovar ainda as "Condições Gerais de Alienação" e as "Condições Especiais de Alienação" e seus Anexos, da presente alienação, constantes da deliberação Camarária de 01/06/2011.

7.4 - Entrou-se no ponto 3.6 com a apreciação e votação dos Pareceres do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada, (**Conforme Anexo XXXIII**).

7.4.1 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Fernando Pena, Sérgio Taipas, Luís Filipe Pereira e Filomena Silva.

7.4.1.1 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Há aqui muitos aspectos com os quais nos identificamos, e que são importantes. Há um diagnóstico que é em muitos pontos certo, há um reconhecimento daquilo que preocupa os cidadãos de Almada que é o aumento da criminalidade, mas também há aqui e é um aspecto recorrente destes relatórios, uma certa carga ideológica de complexos que são um equívoco, são um equívoco. Às vezes parece que se quer passar a ideia de que a pobreza legitima o crime. Mas pior ainda, quando se diz que aumenta exponencialmente o desemprego, aumenta a criminalidade violenta, aumenta a vitimação e segurança das populações e que as causas que contribuem para o aumento da criminalidade centram-se nas desigualdades, no desemprego, na injustiça social e no aumento da pobreza, isto é um grande equívoco. Porque não são certamente os reformados com as reformas baixas e que vivem muito mal que andam a colocar botijas de gás nas caixas multibanco. Não são os desempregados que andam a assaltar crianças à porta da escola, não são os pobres que andam a assaltar os comerciantes, não são. Não são. Aliás basta ver aquilo que é a indumentária de muitos assaltantes por exemplo nas escolas, em que o único propósito é roubar objectos de luxo quase.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Portanto, isso é um grande equívoco dizer que as causas que contribuem para o aumento da criminalidade se centram nas desigualdades, no desemprego, na injustiça social e no aumento da pobreza, não é verdade e é desmentido pela realidade de muitos países e do nosso também.

Por outro lado, neste Relatório que nos foi entregue fala-se também de protecção civil e como há bocadinho disse, eu tenho uma grande dificuldade em acompanhar a questão da Protecção Civil, quando tentei não consegui resposta da Câmara Municipal de Almada, a Sr.^a Presidente diz que dá as respostas que quer, pois muito bem, que as respostas podem não satisfazer, quando se pede um documento e o documento não é entregue, isso não se pode chamar uma resposta que não satisfaz, não é uma ausência de correspondência a um pedido legítimo. Um documento. Portanto, é muito difícil acompanhar a Protecção Civil quando os instrumentos necessários para esse acompanhamento não são fornecidos pela Câmara Municipal de Almada. Por outro lado, é claro que não posso concordar com a parte que diz respeito ao Programa Polis, é conhecida a posição do CDS ao longo deste tempo, de oposição àquilo que são muitos dos princípios do Programa Polis e portanto pretender que o Programa Polis prossiga até à sua total conclusão não pode merecer concordância. Isto é, este Relatório embora contenha muitas coisas muito importantes e muitas coisas legítimas, contem alguns pontos que impedem a sua aprovação. Por outro lado, não deixa de ser estranho que em tantas páginas não haja um único reparo ao Município. E das duas uma, ou o Município não tem responsabilidade nenhuma nisto, ou a que tem cumpre e nós já sabemos como há muita dificuldade em a maioria reconhecer falhas, e propostas de melhoria, porque o que não está feito está certamente em projectos, planos e plataformas. Mas a verdade é que a insegurança, a criminalidade não resulta só da falta de policiamento, resulta também da falta de planeamento, resulta da maneira como se constrói uma cidade, porque aquilo que se fez em Almada e ainda hoje foi trazido aqui mais uma vez, mas não devemos cingir-nos ao centro de Almada. Mas aquilo que se faz no ambiente urbano, que é tirar as pessoas da rua, a ideia de que as pessoas devem estar em casa ou num Centro Comercial, que é para aí que são empurradas quando as ruas não são limpas, não são agradáveis, não são agradáveis, essa rua vai ficar entregue ao vandalismo, esse vandalismo não é combatido, aliás em alguns casos até é mascarado de legítima manifestação democrática com as pinturas murais de algum Partido. Vandalismo, falta de arranjo, falta de conservação do espaço público, isso tira as pessoas da rua. E como tira as pessoas da rua, a rua fica entregue à criminalidade.

Portanto, há uma grande responsabilidade dos Municípios e deste também, na segurança dos seus cidadãos, nas políticas de segurança. Não se pode dizer que é só um problema de falta de policiamento, que também é.

Portanto, é estranho que em tantas páginas de Relatório, se aponte tanta gente, tantos caminhos e tantos conselhos e nada, nem uma referência se faça àquilo que é a actividade ou que deveria ser a actividade da Câmara Municipal e aos aspectos que no que diz respeito à gestão urbanística deveriam merecer melhorias."

7.4.1.2 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Bem, eu como tive a responsabilidade de elaborar o projecto de deliberação, apenas gostaria de informar o Sr. Deputado Municipal que relativamente àquilo que vem no Projecto de Deliberação e que por exemplo aqui diz que as causas que contribuem para o aumento da criminalidade centram-se nas desigualdades, desemprego, injustiça social, aumento da pobreza, etc., etc., foi precisamente o que foi aprovado pela Comandante da Polícia de Segurança Pública, pelo Comandante da Guarda Nacional Republicana, pelo responsável da Polícia Marítima, pelo Procurador da República, pelos autarcas, porque esses pareceres que os Srs. têm na mão foram aprovados por unanimidade no Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada. E eu não quero acreditar que essas pessoas estejam manobradas por alguém, não quero acreditar. Mas, de qualquer maneira levarei o recado."

7.4.1.3 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu começava por aí, correndo o risco de me repetir, porque a primeira coisa que nós queremos aqui afirmar, é que o Conselho Municipal de Segurança já funciona há alguns anos e do nosso ponto de vista tem tido um papel de grande importância, de grande relevo neste âmbito, e portanto a primeira coisa que nós queremos dizer, é reconhecer a importância e a qualidade de intervenção e do trabalho deste Conselho Municipal de Segurança, saudar e agradecer o trabalho voluntário de todos os cidadãos que o integram. E para quem possa estar distraído, dizer que isto não é uma secção dependente da Presidente da Câmara de Almada, muito menos uma célula do Partido Comunista Português, isto é um Conselho Municipal onde participam todas as entidades e estruturas neste Conselho, que são responsáveis locais ou dependentes da Administração Central e que têm o conhecimento profundo dos problemas, quer do ponto de vista científico porque os estudam, quer do ponto de vista prático porque estão em contacto directo com a realidade. E estamos a falar exactamente dos comandos das Forças de Segurança, dos Bombeiros, da Segurança Social, dos Hospitais, dos Centros de Saúde, das Escolas, etc., etc., etc.. Que naturalmente por muito vesga que seja a sua leitura, do nosso ponto de vista, será superiormente considerável do que a opinião subjectiva de um cidadão, mesmo que seja Deputado Municipal. Portanto, nós o que queremos aqui dizer é que manifestamos a nossa aprovação aos Pareceres de uma forma genérica, às propostas que são apresentadas e obviamente vamos votar favoravelmente o projecto de deliberação.

Gostaríamos de salientar duas ou três questões. Em primeiro lugar, do nosso ponto de vista a questão da segurança deve começar a ser combatida exactamente nas suas causas. E portanto concordamos inteiramente que no ponto 5.4 deste Projecto de Deliberação se afirme que as causas que contribuem para o aumento da criminalidade, centram-se nas desigualdades, no desemprego, na injustiça social e no aumento da pobreza. E secundamos com o ponto imediatamente anterior, onde se reconhece aquilo que todos nós sabemos, aquilo que é óbvio, que o País debate-se com uma situação de crise que é económica, que é financeira, que é de valores e que vai certamente agravar-se, é isso que todos prevêem. E como ponto seguinte, os efectivos das Forças de Segurança, não estão em harmonia com as



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

necessidades crescentes. Objectivamente e para defender os interesses da população de Almada, é isto que importa considerar, é a conjugação portanto destes três factores.

Portanto, naturalmente nós temos esta percepção de que o combate à criminalidade é essencialmente o combate à discriminação e a inclusão dos cidadãos, mas como é óbvio, é fundamental que em termos operacionais haja os recursos necessários para responder àquilo que é necessário fazer. Preocupa-nos a este respeito porque todos sabemos que a crise se vai aprofundar, e que estes factores ou causas da criminalidade vão aumentar e que por outro lado é Programa do Governo, aliás eu leio que tem duas linhas, o ponto 10º do acordo político assinado relativamente às questões da segurança diz isto: "garantir a condição primeira do exercício da liberdade que é a segurança dos cidadãos, nomeadamente através do reforço da motivação das forças de segurança e da sua eficácia operacional." Nós entendemos esta perspectiva muito redutora em primeiro lugar porque naturalmente a segurança dos cidadãos é essencial à liberdade, é uma garantia essencial o exercício da democracia e da liberdade ultrapassa muito isto, como também não se reduz exclusivamente à eficácia operacional como acabei de expor nos pontos anteriores da minha intervenção, e portanto o problema não está e agora volto a reportar-me à situação concreta do Relatório e de Almada, na motivação das forças porque não temos a mínima razão para desacreditar dessa motivação, mas está de facto nas condições que lhes são dadas, ou melhor que lhes não são dadas em termos de eficácia operacional. E como também se prevê que haja uma redução cega da função pública e nós entendemos que não há agentes de segurança a mais, mas a menos; não estão equipados para responder, mas menos, e que do ponto de vista das suas próprias condições de trabalho como seres humanos e como trabalhadores vivem uma situação profundamente injusta quer a nível da remuneração, quer a nível da remuneração, quer a nível da carreira, quer a nível de terem eles próprios que pagar a própria segurança e todos nós sabemos isso. Portanto estamos muito preocupados e alertamos aqui precisamente a necessidade de apoiar, de reforçar e trabalhar precisamente no sentido do que propõe este Parecer e esta deliberação que estamos aqui hoje a votar. Manifestar a preocupação pela insuficiência de recursos humanos, reclamar a urgente necessidade de reforço dos agentes policiais e a absoluta necessidade do policiamento de proximidade como está muito bem referido no Relatório, embora não se entenda que há um aumento de criminalidade, há sem dúvida nenhuma o aumento de criminalidade violenta, não é só a percepção subjectiva e a insegurança psicológica das pessoas, mas também, mas é a situação real que exige que não se brinque com estas coisas. Daí a importância deste Relatório, daí a importância de não só o aprovarmos reconhecendo a utilidade do seu contributo para o nosso trabalho, mas de estarmos atentos e continuarmos a acompanharmos esta situação."

7.4.1.4 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Apenas uma pergunta, o Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas falou em votação, nós tínhamos percebido que isto era apenas uma apreciação, a própria Ordem de Trabalhos não fala em votação. Era só para o Sr. Presidente esclarecer."

7.4.1.5 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

"Srs. Deputados Municipais;

A apreciação conclui-se através de uma votação."

7.4.1.6 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sim, mas todos os pontos de Ordem de Trabalhos que referem apreciação, nos pontos anteriores dizem também apreciação e votação, na Actividade Municipal refere-se apenas a apreciação. Como neste também apenas vem apreciação, daí a pergunta."

7.4.1.7 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

"Srs. Deputados Municipais;

A apreciação é dos Pareceres, depois há o Projecto de Deliberação que foi entregue. Não há uma proposta concreta, enquanto nas iniciativas da Câmara diz-se votação da proposta neste caso, vota-se os Pareceres mas é através de um Projecto de Deliberação que é posteriormente elaborado."

7.4.1.8 - A Sr.^a Deputada Municipal Filomena Silva (BE):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É só uma pequena intervenção em relação à discussão de aumentar o policiamento, penso que temos aqui de desmistificar alguma coisa que é, estamos todos conscientes e temos o feeling que vai aumentar a criminalidade, e provavelmente os assaltos às casas e portanto precisamos de mais segurança. Mas também temos que perceber uma coisa, porque aqui diz-se não são os desempregados, não são os que entram em regime de pobreza total que vão roubar, que vão fazer, há aqui qualquer coisa que não bate certo. Isto pode não ser politicamente correcto mas é assim, a pobreza quer dizer uma pessoa que fique sem pão, o que é que pode vir a fazer? Portanto, pode-se tornar realmente um criminoso no sentido de que vai roubar para poder comer. Portanto, independentemente da necessidade que temos de segurança, também temos necessidade de pão. Portanto este Parecer é importante ser aprovado, penso eu que sim, mas tem que haver uma contrapartida que é, se calhar temos que começar a pensar muito seriamente em Centros de Acolhimento, em prevenção das pessoas não chegarem ao limite de terem que roubar para terem pão. E penso que isso é uma coisa que a nível da Câmara vai ter que ser equacionado, nós já temos instituições pelo Concelho que ajudam, algumas IPSS, mas vai-se revelar curto para as necessidades da população que vai entrar em desgraça. E portanto, não é só pela via do policiamento da repressão, que vamos resolver os problemas, é importante para termos segurança, mas prevenir as situações limite é preciso pensarmos em centros de acolhimento, em formas dignas de ajudar as pessoas que vão entrar em situações realmente complicadas."

7.4.1.9 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

"Srs. Deputados Municipais;

Eu apenas me permitia Sr. Deputada Municipal Filomena Silva, colocar a seguinte questão, se reparar nos Pareceres, os Pareceres são mais amplos, abordam de forma mais ampla várias situações e o Projecto de Deliberação aborda no fundamental as questões da segurança, onde se engloba também a Protecção Civil. Isso foi consensualizado de alguma forma, tendo em conta que as questões que colocou



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

já estavam a ser vistas e continuam a ser vistas no âmbito do CLASA. E é através dessa forma que essas situações foram consideradas mais profundamente, não quer dizer que aqui também não devam ser consideradas, não ponho isso em causa, claro está."

7.4.2 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Deliberação que foi aprovada por maioria com quarenta e um votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive a Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria, do PSD, inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, e do BE), um voto contra (de eleito do CDS-PP - Sr. Deputado Municipal Fernando Pena) e uma abstenção (de eleito do CDS-PP - Sr. Deputado Municipal António Maco), através da seguinte deliberação:

Deliberação

- 1 - A Assembleia Municipal de Almada apreciou, nos termos legais os Pareceres do Conselho Municipal de Segurança sobre a situação de segurança, da marginalidade e do combate à criminalidade e à exclusão social.**
- 2 - O Conselho Municipal de Segurança é uma entidade de âmbito municipal com funções de natureza consultiva, que visa, nos termos legais, promover a articulação, a troca de informações e a cooperação entre as entidades que têm intervenção ou estão envolvidas nas questões relacionadas com a segurança e tranquilidade das populações.**
- 3 - A Assembleia Municipal reconhece com apreço a qualidade dos Pareceres do Conselho de Segurança e enaltece a acção e o empenho das instituições, entidades e cidadãos que voluntária e graciosamente o constituem.**
- 4 - A Assembleia Municipal de Almada nos termos da Lei nº 33/98, de 18 de Julho e em particular para os efeitos do seu artigo 4º, nº 3, aprova os Pareceres do Conselho Municipal de Segurança relativos ao ano de 2010, sobre "Segurança e Criminalidade"; "Protecção Civil", "Sócio-Económico" e "Inserção Social" e declara solidariedade às preocupações manifestadas e apoio às propostas de solução apresentadas.**
- 5 - A Assembleia Municipal destaca a importância dos Pareceres do Conselho e relativamente à situação de segurança no Concelho torna público que:**
 - 5.1 - Em Fevereiro de 2008 ficou concluído a implementação no Concelho do novo Dispositivo Legal de Segurança. Considera-se ainda não se poder proceder a uma avaliação dos benefícios das alterações. No entanto verifica-se que as Forças Policiais no Concelho de Almada perderam efectivos.**
 - 5.2 - Regista-se positivamente a renovação física e quantitativa que foi realizada nas instalações da GNR e PSP, da responsabilidade do Governo e em terrenos doados pela Câmara Municipal.**



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

5.3 - O País debate-se com uma situação de crise: crise económica, crise financeira, crise de valores. Aumenta exponencialmente o desemprego, aumenta a criminalidade violenta, aumenta a vitimação e insegurança das populações.

5.4 - As causas que contribuem para o aumento da criminalidade, centram-se nas desigualdades, no desemprego, na injustiça social e no aumento da pobreza, factores que a partir de certo crescimento descontrolam as sociedades, é pois necessário enfrentar as realidades futuras com permanente atenção.

5.5 - Entretanto os efectivos das Forças de Segurança e da frota de viaturas não estão de harmonia com as necessidades crescentes. Os efectivos policiais reduzem-se de ano para ano sem reposição das saídas e as viaturas continuam em serviço para além do expectável e mesmo desadequadas às funções.

5.6 - Acresce que embora se verifique uma diminuição da criminalidade participada às Forças de Segurança (PSP e GNR), assim como um aumento à Polícia Marítima, importa sobretudo ter em atenção a alteração do tipo de criminalidade registada com o aumento da criminalidade violenta e grave, que a todos preocupa, sendo causa também do sentimento de insegurança expresso de formas diversas pelos cidadãos.

6 - Assim e considerando a situação apresenta-se as seguintes propostas:

6.1 - Necessidade do aumento dos meios à disposição das Forças Policiais PSP e GNR em efectivos e em viaturas.

6.2 - Instalação urgente de um Posto da GNR na Freguesia da Caparica/PIA como vem sendo reivindicado desde há longa data.

6.3 - Reforço e generalização a todo o Concelho do policiamento de proximidade que apresenta nos locais em que foi implementado, muito bons resultados, importando para o efeito o necessário reforço em efectivos policiais.

7 - Quanto às questões da Protecção Civil importa a:

7.1 - Realização de exercícios para testar a operacionalidade dos Planos de Emergência e a capacidade, prontidão e eficácia dos agentes da protecção civil.

7.2 - Conclusão da elaboração dos Planos de Emergência Externos das empresas abrangidas pela Directiva da União Europeia SEVESO II - Empresas de produtos petrolíferos e derivados de elevado risco.

7.3 - Continuação da implementação do Projecto "Escola em Segurança", consideração da nova legislação e alargamento dos Planos de Emergência e Evacuação das Escolas a todos os estabelecimentos de ensino básico do Concelho, promovendo a realização prática do seu teste, com exercícios (simulacros) periódicos, com frequência pelo menos anual.

7.4 - Manutenção e alargamento da Operação Floresta Segura, Floresta Verde, de prevenção e combate a incêndios florestais.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 7.5 - Promoção de acções de sensibilização e informação aos munícipes dos vários procedimentos em situação de acidentes.**
- 7.6 - Alargamento e manutenção do sistema de aviso e alerta implementado no âmbito da protecção civil.**
- 7.7 - Apoio regular à Corporações de Bombeiros suportando o Seguro de todo o Pessoal, o Seguro das Viaturas e a Manutenção dos Piquetes de Intervenção.**
- 8 - A Assembleia Municipal proclama a acção meritório das Forças de Segurança - GNR, PSP, Policia Marítima - aprecia o empenho e desempenho dos seus agentes em proporcionarem mais segurança aos cidadãos do Concelho de Almada.**
- 9 - A Assembleia Municipal manifesta apreço pela acção do Serviço Municipal de Protecção Civil e enaltece o empenho dos Dirigentes Associativos e o desempenho dos Corpos de Bombeiros Voluntários de Almada, Cacilhas e Trafaria.**
- 10 - A Assembleia Municipal em conclusão da apreciação dos Pareceres do Concelho Municipal de Segurança.**
- 10.1 - Reforça a preocupação pela insuficiência de recursos humanos e meios operacionais das polícias.**
- 10.2 - Reclama a urgente necessidade de reforço dos agentes policiais para o combate da criminalidade em particular a criminalidade violenta e grave.**
- 10.3 - Proclama a absoluta necessidade do policiamento de proximidade ou comunitário cobrir todo o Concelho, por forma a atenuar o sentimento de insegurança dos cidadãos**
- 10.4 - Insiste na absoluta necessidade da instalação/construção do Posto da GNR no PIA/Monte de Caparica que atenda às reais necessidades de segurança da Freguesia.**
- 8 - Não havendo mais pedidos de palavra deu-se por concluída a agenda da reunião.**
- 9 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssima Senhora Maria Emilia Guerreiro Neto de Sousa e dos Vereadores Excelentíssimos Senhores José Manuel Raposo Gonçalves, Jorge Manuel Bonifácio Pedroso de Almeida, António José Sousa Matos, Rita Magda Pinheiro Pereira, Rui Jorge Palma de Sousa Martins, Nuno Filipe Miragaia Matias.**
- 10- Foi verificada a presença na Reunião dos Jornalistas, Senhor Fernando Fitas, do Diário da Região; Senhor Humberto Lameira, do Jornal da Região, e Senhor Miguel Ribeiro, Boletim Municipal DIRP - CMA e de trinta e oito Senhores Munícipes.**
- 11 - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Acta, que foi aprovada por unanimidade.**
- 12 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 23H30 do dia 17 de Junho de 2011.**
- 13 - Por ser verdade se elaborou a presente Acta, que vai ser assinada pela Mesa.**



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____

O 2º SECRETÁRIO _____